

CRÉDITO RURAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO*

João Luiz CARDOSO**

RESUMO: Análise das relações do crédito rural no processo de desenvolvimento agrícola e dos fatores que afetam a necessidade do crédito neste contexto.

UNITERMOS: Crédito rural; desenvolvimento; capital; poupança rural; tecnologia.

1. INTRODUÇÃO

Em geral, o processo de desenvolvimento acarreta o declínio relativo da agricultura em relação ao conjunto da economia. No entanto, isto não significa que o setor rural perde sua importância à medida que as etapas do processo de desenvolvimento são ultrapassadas. Ao contrário, a inércia do setor primário pode causar o bloqueio do desenvolvimento de um país.

No curso do desenvolvimento há em geral uma sobrecarga das funções do setor rural, fato que freqüentemente acarreta a necessidade de um acréscimo da produtividade agrícola. Nestas condições, as interações entre a agricultura e os outros setores aumentam, sobretudo com a indústria. A agricultura se torna mais dependente dos bens e serviços provenientes do setor industrial e das vendas a este setor.

Então, recursos devem existir a fim de possibilitar os investimentos necessários no setor primário, para os quais a poupança rural nem sempre é suficiente. Estas são pelo menos algumas das razões

que explicam a importância do financiamento à agricultura.

Assim, o objetivo principal, neste estudo, é evidenciar a importância do crédito rural no processo de desenvolvimento. Para tal, breves considerações gerais sobre o desenvolvimento agrícola são efetuadas e, em seguida, alguns fatores que podem determinar a necessidade do crédito são analisados.

2. DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Nas fases iniciais do processo de desenvolvimento, o setor agrícola é importante para criar um excedente acelerador deste processo e como reservatório de mão-de-obra. A melhoria do desempenho da agricultura implica que o volume de produção aumenta, assim como a produtividade agrícola por hectare e por trabalhador. Como consequência, a agricultura tem suas funções cada vez mais ampliadas. Desta forma, o setor agrícola financia o crescimento e é levado a modificar sua estrutura e seu sistema de produção.

* Resumo de um capítulo inicial (referente à parte sobre "a problemática geral do crédito na agricultura"), do nosso exercício de tese (6).

** Departamento de Economia Rural — Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias — UNESP — 14.780 — Jaboticabal-SP.

Acontece então o declínio relativo da agricultura na economia moderna, isto é: o volume de produção agrícola aumenta mas a relação entre o produto bruto da agricultura e o produto global da economia decresce; a relação entre a população ativa agrícola e a população ativa global diminui, com o êxodo rural-urbano; a relação entre a renda agrícola média e a renda do conjunto da economia é decrescente; e, enfim, os produtos não-agrícolas podem se tornar concorrentes da matéria-prima oriunda da agricultura (1:307-315).

Na verdade, os efeitos do acréscimo da produtividade agrícola têm uma ligação estreita entre a agricultura e a indústria de um país. O aumento da produtividade agrícola acarreta o aumento das rendas agrícolas, que é capaz de oferecer novas possibilidades às indústrias “a montante e a jusante” da produção agropecuária (fornecedoras de insumos e processadoras de produtos).

Evidentemente, quando a população ativa agrícola de um país não acompanha o crescimento da população global, torna-se necessário aumentar cada vez mais a produtividade da mão-de-obra no setor rural e também o rendimento por hectare. Isto pode acontecer através dos avanços em tecnologia biológica, química e mecânica.

Todavia, a curto prazo, a capacidade de poupança das famílias rurais nem sempre pode financiar os investimentos necessários. O recurso imediato é o endividamento. Como a inércia do setor agrícola pode bloquear o desenvolvimento de um país, as autoridades governamentais visam criar condições para o financiamento da agricultura. Um dos meios mais usados é o crédito rural.

Alguns fatores explicam a necessidade do crédito, razão pela qual passa-se em seguida a analisar este assunto.

3. NECESSIDADE DO CRÉDITO

A caracterização dos fatores que determinam a necessidade do crédito será

feita através da especificação das necessidades do setor agrícola em geral e mostrando-se alguns motivos que levam os agricultores a recorrer aos financiamentos.

3.1. *Necessidade de capital na agricultura*

A partir de algumas décadas passadas, o setor agrícola obteve ganhos de produtividade consideráveis, de acordo com o nível de desenvolvimento dos diferentes países. Registraram-se diminuições de mão-de-obra empregada no setor agrícola, proporcionalmente à mão-de-obra total. Ao mesmo tempo, aconteceram aumentos globais de população e necessidades alimentares crescentes.

Sob este aspecto constata-se o auxílio da modernização: esta tornou possível uma produção agrícola acrescida, com uma quantidade de mão-de-obra proporcionalmente decrescente e com relações de preço em geral desfavoráveis para a agricultura.

“Assim é que na Alemanha a população ativa empregada na agricultura passou de 3,9 milhões de pessoas em 1950, para 1,3 milhões em 1974; nos Estados Unidos, no mesmo período, passou-se de 10 milhões a 4,3 milhões. Os ganhos de produtividade obtidos, apesar deste êxodo considerável, tornaram-se possíveis devido a uma forte capitalização” (10:13).

Um estudo realizado para a Comunidade Econômica Européia mostra que a produção agrícola aumentou anualmente à taxa de 2,4% em volume, no período 1965-72. Mas o número dos que restaram no campo diminuiu de maneira acentuada: 9,4 milhões em 1973 contra 18,1 milhões em 1958. Os capitais emprestados ao setor agrícola aumentaram, na Comunidade Econômica Européia, de 7,5% ao ano, no período 1960-73. Estimou-se que a agricultura ainda iria aumentar a demanda por créditos. Por exemplo, calculou-se que estas necessidades em capitais seriam, na França, da ordem de

24,5 milhares de francos em 1980, contra 13 milhares em 1973 (8:2-3).

No Brasil, observando-se a relação entre os montantes de crédito concedido e a renda interna do setor agrícola, durante o período 1969-80, pode-se constatar a importância do crédito rural (Tabela 1). Torna-se necessário ressaltar que nos montantes totais do crédito rural estão compreendidos os financiamentos de comercialização, que visam as atividades pós-produção propriamente dita, e os créditos de investimento, cuja duração frequentemente abrange vários anos. Mesmo assim, tendo-se em conta que os financiamentos de custeio representam a maior parcela do valor total de crédito concedido (57% em 1980), pode-se admitir a grande importância do crédito rural no período considerado.

Para os países menos desenvolvidos, onde o crescimento demográfico atinge

cerca de 2,5% ao ano, as necessidades de consumo alimentar e, portanto, de produção, são acentuadas.

As perspectivas mostram que as formações econômicas e sociais devem racionalizar a utilização dos recursos e evitar drasticamente o desperdício. Neste sentido, os países em desenvolvimento devem recusar o processo de difusão-imitação proveniente dos países avançados, adaptando métodos mais adequados às suas próprias condições.

É provável que nas próximas décadas os setores não-agrícolas não possam absorver, com intensidade, o acréscimo natural de pessoas em idade de trabalhar, provenientes do setor agrícola, nos países menos desenvolvidos. Isto significa que grande parte da mão-de-obra rural deve permanecer no próprio setor (13:15).

TABELA 1 — Brasil: estimativa da renda interna do setor agrícola e montantes de crédito rural concedidos a produtores e cooperativas, de 1969 a 1980, em mil cruzeiros.

Ano	Renda interna do setor agrícola (a)	Montante de crédito rural (b)	Relação (b)/(a)
1969	14.336.314	6.489.096	0,45
1970	17.126.636	9.247.980	0,54
1971	23.973.354	12.869.711	0,54
1972	30.560.091	18.668.785	0,61
1973	44.270.554	30.333.919	0,68
1974	65.657.439	48.272.761	0,73
1975	87.820.907 (1)	89.997.117	1,02
1976	137.703.182 (1)	130.226.160	0,95
1977	236.849.473 (1)	165.858.671	0,70
1978	320.670.501 (1)	233.942.454	0,73
1979	529.555.265 (1)	448.730.894	0,85
1980	1.085.323.516 (1)	859.193.128	0,79

Fonte: Banco Central do Brasil (2:7), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (11:764). (1): Resultados preliminares

dades de recursos na agricultura ainda se farão sentir. Então, o apoio financeiro ao setor agrícola deve seguir as mesmas tendências.

Considerando-se os aspectos que foram analisados, verifica-se que as necessi-

3.2. *Dificuldades de acumulação da poupança rural*

A poupança pode ser definida como a diferença entre a renda líquida real e o consumo, que advém do fato da abstenção de um consumo imediato para se assegurar um consumo acrescido no futuro.

As decisões de poupar se verificam principalmente nas famílias, enquanto que a formação líquida de capital é sobretudo de iniciativa das empresas.

A poupança de uma família depende fundamentalmente do orçamento familiar. Se a renda familiar é baixa, a maior parte dela se destina ao consumo de produtos alimentares, habitação e vestuário. Estas razões indicam que a poupança deve ser mais forte quando as rendas são superiores à média (14:219-225).

No setor rural, sobretudo nos países em desenvolvimento, a maior parte das unidades de exploração agrícola tem rendas baixas. Então, as possibilidades de investimento são modestas, razão pela qual retorna-se à fraqueza das rendas.

Segundo Bergmann, “a legendária frugalidade campesina permitiu a inúmeras famílias poupar e investir. Isto se traduz em taxas de poupança particularmente elevadas dos agricultores. Mas este fenômeno da poupança campesina é insu-

ficiente ou falha em várias circunstâncias” (3:136).

Frequentemente, o progresso técnico exige acréscimos consideráveis de investimentos, para os quais a poupança rural nem sempre é suficiente. Então, torna-se necessário recorrer ao crédito.

Na França, a análise da evolução do coeficiente de capital na agricultura confirma as razões anteriormente assinaladas (Tabela 2). Não importa qual seja o método para o cálculo do coeficiente de capital, este aumenta regularmente, salvo para o período 1970-73, em que o valor agregado bruto* tinha aumentado de maneira excepcional.

Para a Caixa Nacional de Crédito Agrícola da França o endividamento da agricultura francesa foi, no passado, e continua sendo, atualmente, condição importante para sua modernização (5:31).

Frequentemente as relações de preços entre a agricultura e a indústria são prejudiciais à primeira, de forma que os agricultores ficam com menos acesso aos bens de equipamento. Outra dificuldade para o setor agrícola é a importância do capital terra no conjunto da unidade de produção e as tendências, a longo prazo, de alta nos preços da terra.

TABELA 2 — França: evolução do coeficiente de capital na agricultura, 1960 a 1976.

Coeficiente de capital (diferentes definições)	1960	1965	1970	1973
Capital fixo de exploração (1)	0,54	0,91	1,07	1,10
Valor agregado bruto Capital de exploração total (2)	2,45	2,98	3,09	2,95
Valor agregado bruto Total do balanço (3) Valor agregado bruto	6,21	7,67	8,28	7,65

Fonte: Caisse Nationale de Crédit Agricola (4:13)

(1) Capital fixo de exploração: construções de exploração + material e equipamento.

(2) Capital de exploração total: capital fixo de exploração + capital vivo + capitais circulantes.

(3) Total do balanço: capital de exploração total + capital em terra, inclusive o capital dos proprietários de terra que não a exploram.

* Valor agregado bruto: valor de produção total menos valor dos bens intermediários.

Outros aspectos interessantes devem ser assinalados: “quando se compara a renda de um agricultor à de um assalariado, é necessário considerar o fato de que este último pode consagrar a quase totalidade de sua renda à compra de bens de consumo, duráveis ou não-duráveis, enquanto que o agricultor está restrito a consagrar uma grande parte de seus recursos à compra de bens de equipamento novos” (12:118); “a nível igual de recursos, as famílias de agricultores poupam sensivelmente mais” (3:147).

A FAO, reconhecendo o papel importante que a poupança pode desempenhar, recomenda: que as instituições de crédito e os organismos cooperativos sejam dotados de estruturas para encorajar as contas de poupança; que estas contas se beneficiem de condições apropriadas, notadamente de taxas de juros atraentes em relação às taxas aplicáveis aos empréstimos para os agricultores; que a coleta da poupança seja ligada, se possível, à comercialização dos produtos; e que os esforços a fim de encorajar a poupança sejam intensificados nas épocas do ano em que o agricultor detinha a receita proveniente da venda de sua produção (9:6-7).

Finalmente, mesmo considerando-se o esforço de poupar que caracteriza as decisões no setor rural e, acima de tudo, a importância desta poupança, torna-se indispensável um suplemento através de outros recursos, provenientes do crédito, quando se pretende assegurar um processo dinâmico do setor agrícola.

3.3. *Riscos, expectativas e bem-estar*

Aceitando-se que o crédito rural pode constituir um meio importante de estímulo às atividades do setor rural, deve-se ainda considerar que certos fatores podem modificar as posições das curvas de oferta e de demanda do crédito.

Primeiramente, deve-se reconhecer que os agricultores tendem a tomar decisões econômicas racionais. Eles procuram

tomar empréstimos quando a taxa de rentabilidade dos investimentos projetados tende a ser superior à taxa de juros exigida pelas instituições creditícias.

Todavia, considere-se que o funcionamento destas transações não acontece de forma tão simples. Os seguintes elementos também atuam: de um lado, a aversão do agente financeiro diante do risco e, de outro, a aversão ao risco do tomador potencial de empréstimos. Como resultado, pode acontecer um racionamento por parte dos organismos financeiros (oferta limitada) ou dos agricultores (demanda limitada).

No que se refere à demanda por crédito, nem sempre os investimentos atingem o ponto ótimo, tal como seria determinado pelo cálculo econômico. Em certas situações há erros de investimento e excessos, sobretudo se as taxas de juros forem atraentes. Outros agricultores são guiados por um comportamento de prudência e param de investir bem antes de atingir o ponto ótimo.

Um outro aspecto importante diz respeito à incerteza relacionada a alguns fatores: as condições climáticas, as possibilidades de doenças nos vegetais e animais e, enfim, a extrema variabilidade dos preços agrícolas que pode acarretar oscilações de receitas.

Freqüentemente as normas de crédito agrícola são estabelecidas a nível governamental, incluindo o critério de aplicação de taxas reais negativas de juros. Então os agentes financeiros ficam impossibilitados de diferenciar custos de acordo com a avaliação dos riscos de cada operação. Mas eles podem adotar medidas de segurança, estabelecendo um limite ao volume de financiamento para as diferentes empresas. Este limite é fixado de acordo com certos fatores: a distribuição dos recursos a um número maior ou menor de agricultores; a capacidade administrativa e financeira do cliente; o nível de endividamento deste cliente; e, por último, o patrimônio da empresa.

É evidente que este procedimento bancário pode ter diversas conseqüências. Por exemplo, os grandes proprietários de terras e grandes empresários podem ser favorecidos (7: 18-19).

Outros aspectos que animam os agricultores em suas decisões de tomar empréstimos também devem ser considerados. Por exemplo: a redução dos serviços penosos, a comodidade do trabalho e o prestígio (3:145).

Máquinas modernas podem possibilitar a redução dos custos de mão-de-obra e a execução dos trabalhos mais rapidamente e com menos sacrifícios.

O desejo de independência explica certas decisões dos agricultores quanto à compra de uma máquina, quando o emprego em comum com outros agricultores ou a locação poderiam constituir alternativas mais econômicas.

Certos agricultores podem efetuar grandes investimentos em busca de prestígio na comunidade. É o caso, por exemplo, da compra de trator novo.

Assim, procurou-se evidenciar certos fatores que determinam, com maior ou menor intensidade, o comportamento dos agricultores no que se refere à demanda por créditos.

CARDOSO, J.L. — The role of rural credit in the process of development. *Perspectivas*, São Paulo, 6:109-114, 1983.

ABSTRACT: The objectives of the present work are to analyse contributions of rural credit in the process of agricultural development and factors which affect demand for rural credit in this process.

KEY-WORDS: Rural credit; development; capital formation; rural saving; technology.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BADOUIN, R. — *Economie rurale*. Paris, Libr. Armand Colin, 1971.
2. BANCO CENTRAL DO BRASIL — *Crédito rural: dados estatísticos — 1981*. Brasília, Departamento do Crédito Rural, 1982.
3. BERGMANN, D. — *Politique agricole: structures — introduction générale; population et travail; capital et financement*. Paris, 1975. t.2 (Série Economie et Sociologie Rurales).
4. CAISSE NATIONALE DE CREDIT AGRICOLE — *L'agriculture française et son financement*. Paris, Dossier CNCA, 1978. (Assemblée Générale de la CNCA).
5. CAISSE NATIONALE DE CREDIT AGRICOLE — *L'endettement de l'agriculture française*. Paris, Dossier CNCA, 1978. (Assemblée Générale de la CNCA).
6. CARDOSO, J. L. — *Analyse de l'évolution du crédit agricole au Brésil*. Montpellier, Faculté des Sciences Economiques de l'Université de Montpellier I, 1980. (Tese-Doutoramento).
7. CARDOSO, J. L. & NORONHA, J. F. — *Crédito rural em condições de diferentes níveis tecnológicos*. Piracicaba, ESALQ/USP, 1978. (Série Pesquisa, 39).
8. LE CREDIT agricole chez les neuf: une selectivité de plus en plus dure. *Agra-Europe* (1997):1-3, 1978.
9. FAO. *Le crédit agricole en faveur du développement*. CONFERENCE MONDIALE SUR LE CREDIT AGRICOLE AUX PETITS EXPLOITANTS DANS LES PAYS EN VOIE DE DEVELOPPMENT, Roma, 1975.
10. FINANCEMENT de l'agriculture. *Agriculture dans le Monde*, (1):12-22, 1976.
11. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — *Anuário estatístico do Brasil — 1981*. Rio de Janeiro, 1982. v.42.
12. KLATZMANN, J. — *Les politiques agricoles: idées fausses et illusions*. Paris, PUF, 1972.
13. PADMANABHAN, K. P. — Les industries villageoises dans le développement rural: la stratégie indienne. *Ceres: revue de la FAO sur l'agriculture et le développement*, 16:15-9, 1983.
14. SAMUELSON, P.A. — *Introdução à análise econômica*. 8.ed. Rio de Janeiro Agir, 1975. v.1.